



BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS

Demonstrações Financeiras Individuais

Dezembro de 2024

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Na conjuntura econômica mundial, o cenário continuou desafiador em 2024. Embora a inflação tenha mostrado trajetória descendente, as taxas de juros permaneceram em patamares elevados, principalmente, nas economias americana e da área do euro. Para 2025, projeções recentes indicam cenário de desaceleração da atividade econômica, com crescimento do PIB mundial da ordem de 2,8%.

No Brasil, o crescimento do PIB foi da ordem de 3,5%, perante 3,2% em 2023. A expansão da atividade econômica foi favorecida pela queda do desemprego, crédito em expansão e em prazos dilatados e transferências governamentais, dentre outros fatores.

Nesse contexto, o desempenho do comércio varejista ampliado, que inclui veículos, partes, peças e material de construção, acumulou alta de 4,4% no período de janeiro a novembro (últimos dados de mercado), na comparação com igual período de 2023.

O setor de serviços, que representa aproximadamente 2/3 do PIB, contribuiu fortemente para a expansão da atividade econômica em 2024. Alcançou crescimento de 3,2% no acumulado do ano até novembro.

A produção industrial acumulou expansão de 3,2% até novembro, frente a igual período do ano anterior. No acumulado do ano, as grandes categorias econômicas registraram favorável desempenho, com importante contribuição de bens de capital.

O comércio exterior também contribuiu fortemente para impulsionar a atividade econômica. As exportações alcançaram US\$ 337,0 bilhões e as importações somaram US\$ 262,5 bilhões, perfazendo corrente de comércio de US\$ 599,5 bilhões, crescimento de 3,3%.

No que tange ao comportamento dos preços dos bens e serviços, constata-se que a inflação anual medida pelo IPCA posicionou-se em 4,83%, ante 4,62% em 2023. Nesse contexto, está em curso elevação gradual da taxa Selic como principal instrumento utilizado visando a convergência da inflação para a meta governamental. A taxa Selic, que se encontrava em 11,75% ao ano em dezembro de 23 foi reduzida gradativamente e alcançou 10,50% em agosto de 2024. Contudo, as pressões inflacionárias se intensificaram e motivaram novo ciclo de alta da taxa Selic, que se posicionou em 12,25% em dezembro de 2024, com perspectivas de novas altas em 2025.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional cresceu 10,9%, ante 8,1% em 2023, com destaque para o segmento de pessoa física, expansão de 12,1%, perante 10,5% em 2023. O crédito para o segmento de pessoa jurídica cresceu 9,1%, ante 4,7% em igual período do ano anterior. As provisões para risco de crédito mostram-se em retração.

• SOBRE O BMI

O BMI é uma instituição financeira de capital aberto com mais de 50 anos de atuação no mercado financeiro nacional e com longa tradição de atuação no mercado de capitais. O BMI é controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e se destaca por oferecer aos seus clientes uma ampla gama de produtos estruturados típicos do mercado de capitais, incluindo Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Imobiliário (CRI), fundos de direitos creditórios (FIDC), operações de securitização e emissões de valores mobiliários, como Debêntures, Notas Comerciais e Cédulas de Produto Rural (CPR-F). A Instituição dispõe de equipe qualificada e com vasto conhecimento de mercado, dedicada a criar e desenvolver novas oportunidades de negócios, tanto de forma direta com os clientes quanto em parceria com outras instituições financeiras.

Em 2024, o BMI seguiu demonstrando sua relevância no mercado de capitais e atingiu os seguintes marcos:

- Estruturação de 18 operações de Títulos e Valores Mobiliários incluindo Notas Comerciais, CPR-F e Certificados de Recebíveis Imobiliários.
- Coordenador em Oferta Pública de Certificado de Recebíveis Imobiliários somando R\$ 500 milhões de volume de emissão.
- Crescimento de 204% na carteira proprietária de Títulos e Valores Mobiliários atingindo número recorde de operações realizadas em um ano.

>> Gerenciamento da Estrutura de Capitais e Riscos

O gerenciamento da estrutura de capital e o cálculo dos limites operacionais do BMI são realizados em conjunto com o Controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A., em conformidade com as Resoluções CMN nºs 4.557/2017 e 4.192/2013.

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 18,1%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 18.

A gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado, operacional e socioambiental é, também, centralizada no Controlador, que dispõe de estruturas para gerenciamento desses riscos, em conformidade com as normas em vigor. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 18.

• DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Ativo total posicionou-se em R\$ 492,3 milhões, ante R\$ 260,4 milhões em dezembro de 2023, evolução de 89,0%. As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e os Títulos e Valores Mobiliários somam R\$ 418,8 milhões (R\$ 205,4 milhões em dezembro de 2023). As Operações de Crédito totalizaram R\$ 78,0 mil.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados em Títulos Disponíveis para Venda são avaliados ao valor justo e somam R\$ 190,3 milhões, ante R\$ 189,8 milhões em dezembro 2023. Estão representados por Certificados de Recebíveis do Agronegócio R\$ 81,4 milhões, Cotas de Fundos Imobiliários R\$ 38,5 milhões, Certificados de Recebíveis Imobiliários R\$ 22,0 milhões, FIDC R\$ 19,5 milhões, FIAGRO R\$ 18,6 milhões e Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio R\$ 10,3 milhões. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados em Títulos Mantidos até o Vencimento somam R\$ 220,0 milhões e estão compostos por Cédulas de Produtor Rural R\$ 131,8 milhões, Nota Comercial R\$ 88,2 milhões.

No Passivo, as captações de recursos somam R\$ 328,3 milhões e estão distribuídas entre depósitos a prazo (R\$ 142,3 milhões), depósitos interfinanceiros (R\$ 185,1 milhões) e recursos de aceite de emissão de títulos (LCA R\$ 882,0 mil).

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 140,1 milhões e o Lucro Líquido do período foi de R\$ 7,2 milhões.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 39,5 milhões, crescimento de 11,5%. O Resultado com Operações com Títulos e Valores Mobiliários alcançou R\$ 38,2 milhões e as Receitas de Operações de Crédito posicionaram-se em R\$ 1,3 milhão.

As Despesas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 21,5 milhões, crescimento de 50,3%, e estão representadas por Despesas de Captação no Mercado.

O Resultado Operacional alcançou R\$ 11,7 milhões. Nas receitas operacionais, as receitas de prestação de serviços posicionaram-se em R\$ 3,6 milhões.

No que tange às demais receitas e despesas, detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 16 e seguintes.

- **Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)**

O BMI não está obrigado a apresentar demonstrações financeiras no padrão contábil IFRS, em conformidade com as normas em vigor. Informações sobre os ajustes que serão apresentados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Controlador poderão ser obtidas na nota explicativa nº 19.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o BMI vem informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, registramos agradecimento aos acionistas e clientes, pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores pelo compromisso para com as metas e objetivos do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Belo Horizonte, fevereiro de 2025.

Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

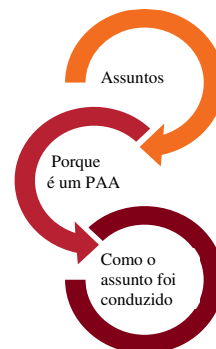
Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil de Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2(b), 5 e 6)

O Banco atua, substancialmente, no segmento de crédito para pessoas jurídicas. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 2.682/99.

No atendimento dessa norma a administração do Banco exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração e definição dos riscos de crédito dos devedores.

Essa é uma área de foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas.

Além disso, executamos testes sobre: (i) a base de dados; (ii) a metodologia e as premissas adotadas pela administração na mensuração da provisão; (iii) a identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações; (iv) os processos estabelecidos pelo Banco para atendimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) o confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões para passivos contingentes (Notas 2(f) e 13)

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também, aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco.

Considerando o acima descrito, essa permanece

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências e testes de aderência às respostas dos advogados externos.

Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Analisamos a probabilidade de perda dos processos significativos de acordo com a natureza de cada processo.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de

Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Porque é um PAA

sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor estimado das causas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de Tecnologia da Informação, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.

Portanto, o ambiente de Tecnologia da Informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos controles gerais de Tecnologia da Informação, controles automatizados ou dependentes de Tecnologia da Informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável.

Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa



Banco Mercantil de Investimentos S.A.

independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 4 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Luis Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Em R\$ Mil



A T I V O		Nota	31/12/2024	31/12/2023
DISPONIBILIDADES		3	1.171	542
INSTRUMENTOS FINANCEIROS			477.897	248.945
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4	8.457	15.603
Títulos e Valores Mobiliários		5	410.311	189.799
Operações de Crédito		6.1	78	43.552
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		6.2	(23)	(9)
Outros Ativos Financeiros		7	59.074	-
ATIVOS FISCAIS			4.664	2.769
Correntes		8.1	1.377	300
Diferidos		8.2	3.287	2.469
OUTROS VALORES E BENS		9	138	315
Despesas Antecipadas			138	315
OUTROS ATIVOS		10	7.963	7.313
INVESTIMENTOS		11	457	565
Participação Societária			457	565
TOTAL DO ATIVO			492.290	260.449
P A S S I V O E P A T R I M Ô N I O L Í Q U I D O		Nota	31/12/2024	31/12/2023
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS			328.311	104.009
Depósitos		12.1	327.429	96.795
Depósitos a Prazo			142.306	96.795
Depósitos Interfinanceiros			185.123	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		12.2	882	7.214
PROVISÕES			7.793	7.170
Provisão para Outros Passivos		13.a	7.793	7.170
PASSIVOS FISCAIS			10.741	7.789
Correntes			4.747	3.984
Diferidos			5.994	3.805
OUTROS PASSIVOS		14	5.375	8.823
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15	140.070	132.658
Capital Social		15.1	82.028	82.028
Reservas de Capital		15.2	9.000	9.000
Reservas de Lucros		15.2	41.724	36.988
Outros Resultados Abrangentes			7.318	4.642
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			492.290	260.449

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em R\$ Mil



	Nota	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		23.869	39.469	35.393
Operações de Crédito	6.1	9	1.290	10.649
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		23.860	38.179	24.744
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(14.819)	(21.483)	(14.295)
Operações de Captação no Mercado	12.3	(14.819)	(21.483)	(14.295)
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6.2	72	(14)	36
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		9.122	17.972	21.134
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(3.324)	(6.271)	(9.087)
Receitas de Prestação de Serviços	16.1	1.016	3.562	4.026
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(120)	(108)	20
Despesas de Pessoal	16.2	(4.122)	(7.897)	(7.894)
Outras Despesas Administrativas	16.3	(1.119)	(2.349)	(4.314)
Despesas Tributárias	16.4	(438)	(953)	(1.062)
Outras Receitas Operacionais	16.5	1.618	1.818	448
Outras Despesas Operacionais		(9)	(75)	(700)
Reversões / (Despesas) de Provisões	16.6	(150)	(269)	389
RESULTADO OPERACIONAL		5.798	11.701	12.047
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.798	11.701	12.047
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.3	(1.767)	(4.514)	(4.781)
Provisão para Imposto de Renda		(1.259)	(2.994)	(2.751)
Provisão para Contribuição Social		(932)	(2.243)	(1.896)
Ativo Fiscal Diferido	8.2.a	424	723	(134)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		4.031	7.187	7.266
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)				
Ações ordinárias		0,8354	1,4895	1,5058
Ações preferenciais		0,8354	1,4895	1,5058
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)				
Ações ordinárias		3.438	6.129	6.197
Ações preferenciais		593	1.058	1.069
Número de Ações em Circulação - básico e diluído				
Ações ordinárias		4.115.057	4.115.057	4.115.057
Ações preferenciais		710.143	710.143	710.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em R\$ Mil



	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.031	7.187	7.266
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	594	2.676	(506)
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	594	2.676	(506)
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	1.079	4.865	(920)
Efeito Fiscal	(485)	(2.189)	414
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	4.625	9.863	6.760

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ Mil



	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31/12/2022	82.028	9.000	5.506	30.448	5.148	-	132.130
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(506)	-	(506)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	7.266	7.266
Destinações:							
Reservas	-	-	363	671	-	(1.034)	-
Dividendos Pagos, Deliberados e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	(4.172)	(4.172)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos, Deliberados e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	(2.060)	(2.060)
SALDOS EM 31/12/2023	82.028	9.000	5.869	31.119	4.642	-	132.658
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	363	671	(506)	-	528
SALDOS EM 31/12/2023	82.028	9.000	5.869	31.119	4.642	-	132.658
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2.676	-	2.676
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	7.187	7.187
Destinações:							
Reservas	-	-	359	4.377	-	(4.736)	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos, Deliberados e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	(2.451)	(2.451)
SALDOS EM 31/12/2024	82.028	9.000	6.228	35.496	7.318	-	140.070
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	359	4.377	2.676	-	7.412
SALDOS EM 30/06/2024	82.028	9.000	5.869	31.119	6.724	3.156	137.896
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	594	-	594
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	4.031	4.031
Destinações:							
Reservas	-	-	359	4.377	-	(4.736)	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos, Deliberados e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	(2.451)	(2.451)
SALDOS EM 31/12/2024	82.028	9.000	6.228	35.496	7.318	-	140.070
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	359	4.377	594	(3.156)	2.174

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em R\$ Mil



	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.798	11.701	12.047
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(1.336)	(1.167)	(492)
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	151	271	(386)
Atualizações Monetárias Ativas	(1.535)	(1.560)	(50)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(72)	14	(36)
Resultado de Equivalência Patrimonial	120	108	(20)
Lucro Líquido Ajustado	4.462	10.534	11.555
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(121.501)	(245.665)	(23.580)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	112	43.474	29.569
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(59.089)	(59.336)	162
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	180	177	(113)
Aumento (Redução) em Depósitos	155.145	230.634	11.780
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	40	(6.331)	(4.185)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	2.455	3.097	584
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	(18.196)	(23.416)	25.772
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.225)	(4.856)	(2.028)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(19.421)	(28.272)	23.744
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(10.000)	(30.000)	(107.905)
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	38.564	57.829	106.382
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	28.564	27.829	(1.523)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(6.074)	(6.754)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	-	(6.074)	(6.754)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	9.143	(6.517)	15.467
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	485	16.145	678
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	9.628	9.628	16.145
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	9.143	(6.517)	15.467

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em R\$ Mil



	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
1 - RECEITAS	26.158	44.077	39.195
Intermediação Financeira	23.869	39.469	35.393
Prestação de Serviços	1.016	3.562	4.026
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	72	(14)	36
Outras	1.201	1.060	(260)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(14.819)	(21.483)	(14.295)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.119)	(2.349)	(4.314)
Serviços de Terceiros	(623)	(1.432)	(3.377)
Outros	(496)	(917)	(937)
Processamento de Dados	(105)	(168)	(137)
Propaganda, Publicidade e Publicações	-	(3)	(15)
Serviços do Sistema Financeiro	(54)	(141)	(153)
Outros	(337)	(605)	(632)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	10.220	20.245	20.586
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	10.220	20.245	20.586
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(120)	(108)	20
Resultado de Equivalência Patrimonial	(120)	(108)	20
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	10.100	20.137	20.606
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	10.100	20.137	20.606
Pessoal	3.425	6.619	6.576
Remuneração Direta	3.273	6.298	6.214
Benefícios	107	235	264
FGTS	45	86	98
Impostos, Taxas e Contribuições	2.644	6.331	6.764
Federais	2.599	6.196	6.640
Municipais	45	135	124
Remuneração de Capitais Próprios	4.031	7.187	7.266
Dividendos	-	-	4.172
Juros sobre o Capital Próprio	2.451	2.451	2.060
Lucros Retidos do Período	1.580	4.736	1.034

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil de Investimentos S.A. (Banco) é controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais com foco no financiamento de capital às atividades produtivas a curto, médio e longo prazos. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 14º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das informações contábeis em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco Mercantil de Investimentos S.A. em 04/02/2025.

2.2. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

- **Classificação e mensuração dos ativos financeiros para fins de apresentação**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, e podem estar classificadas nas três categorias seguintes, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- **Títulos para negociação** – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento** – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- **Títulos disponíveis para venda** – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos, na data da negociação, no resultado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

- **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo amortizado, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

- **Operações de Crédito**

As operações de crédito são registradas a valor presente pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial. É interrompido o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da

contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

d) Investimentos

As participações em sociedades coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

f) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que,

independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

g) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 15.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

i) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*):** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que a instituição terá lucros tributários futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base no estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

k) Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros

- Resolução CMN nº 4.966/21

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*). A norma está alinhada às normas internacionais de contabilidade da IFRS 9 e passará a vigorar a partir de 01/01/2025.

Dada a relevância das mudanças, a norma determinou às instituições financeiras elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil um Plano de Implementação contemplando diagnóstico inicial dos principais impactos nos instrumentos financeiros e cronograma de implementação que compreende: (i) a análise das normas complementares; (ii) definição de novos modelos (sistemas e processos); (iii) desenvolvimento e homologação de sistemas; e (iv) implementação em ambiente de produção.

Diante das mudanças introduzidas pelas normas complementares que foram divulgadas, o cronograma e o projeto vem sendo gerido de forma bem dinâmica e tempestiva.

Nesse contexto, o Banco, em conjunto com o Controlador, vem empreendendo seus melhores esforços mediante análise e debate das normas com a participação das principais áreas envolvidas, incluindo Controladoria, Tecnologia, Operações de Crédito, Riscos Financeiros e Gestão do Capital, Tesouraria, Orçamento e Projetos, dentre outras, inclusive com as instituições financeiras do Conglomerado.

Conforme estabelecido pelo art. 78 da Res. CMN nº 4.966/21, a administração informa que a implementação da nova norma não acarretará impactos significativos na mensuração e classificação dos ativos financeiros do Banco considerando que as operações registradas em Títulos e Valores Mobiliários já são objeto de provisão por impairment mediante aplicação de fatores de provisionamento de risco. Além disso, a carteira de crédito e respectiva provisão para perdas esperadas apresenta baixa relevância no portfólio geral de ativos

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Disponibilidades	1.171	542
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.457	15.603
Total	9.628	16.145

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações no mercado aberto – Posição Bancada	Dez / 2024	Dez / 2023
Notas do Tesouro Nacional	8.457	-
Letras do Tesouro Nacional	-	15.603
Total - Circulante	8.457	15.603

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição	Dez / 2024		Dez / 2023	
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	176.988	190.295	181.360	189.799
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	10.303	10.303	12.386	12.386
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	81.259	81.379	93.060	93.381
Certificado de Recebíveis Imobiliários	22.020	22.020	24.944	24.944
Cotas de Fundos Imobiliários	25.387	38.536	25.547	33.607
FIAGRO	18.524	18.562	16.459	16.517
FIDC	19.495	19.495	8.964	8.964
Títulos Mantidos até o Vencimento	220.016	220.016	-	-
Cédula de Produtor Rural	131.829	131.829	-	-
Nota Comercial	88.187	88.187	-	-
Total Contábil	397.004	410.311	181.360	189.799
Circulante	-	203.477	-	82.414
Não circulante	-	206.834	-	107.385

Descrição	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Total
Títulos / Vencimentos								
Títulos Disponíveis para Venda	57.098	37.329	34.290	32.434	5.802	11.336	12.006	190.295
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	2.143	-	4.167	-	3.993	-	10.303
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	33.443	14.795	24.384	5.802	2.955	-	81.379
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	1.743	-	3.883	-	4.388	12.006	22.020
Cotas de Fundos Imobiliários	38.536	-	-	-	-	-	-	38.536
FIAGRO	18.562	-	-	-	-	-	-	18.562
FIDC	-	-	19.495	-	-	-	-	19.495
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	109.050	39.662	48.185	23.119	-	-	220.016
Cédula de Produtor Rural	-	58.996	9.191	20.000	-	-	-	88.187
Nota Comercial	-	50.054	30.471	28.185	23.119	-	-	131.829
Total em 31/12/2024	57.098	146.379	73.952	80.619	28.921	11.336	12.006	410.311
Total em 31/12/2023	-	82.414	7.846	59.911	-	23.351	16.277	189.799

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

As Cotas dos Fundos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Nota Comercial, CDCA – Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio, CPR – Cédula de Produto Rural, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 31 de dezembro de 2024, referidos títulos registraram provisão, no Banco, no montante de R\$ 1.616 (R\$ 608 em dezembro de 2023).

c) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados dos Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", conforme segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	950	749
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto – Posição bancada		
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	37.229	23.995
Total	38.179	24.744

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

6.1. Operações de crédito e de outros créditos

a) Composição da carteira por produto

Descrição	E	Dez / 2024	Dez / 2023
Capital de giro	78	78	43.552
Perda esperada	(23)	(23)	(9)

As Receitas com Operações de Créditos montam em R\$ 1.290 (R\$ 10.649 em dezembro de 2023).

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Descrição		AA	A	E	Total	%
Parcelas vincendas						
Curso Normal	01 a 30 dias	-	-	20	20	25,64
	31 a 60 dias	-	-	20	20	25,64
	61 a 90 dias	-	-	19	19	24,36
	91 a 180 dias	-	-	19	19	24,36
	Total em 31/12/2024	-	-	78	78	100,00
	Total em 31/12/2023	41.729	1.823	-	43.552	100,00

6.2. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Saldos no início dos períodos	9	45
Constituição / (Reversão)	14	(36)
Efeito no resultado	14	(36)
Saldos no final dos períodos	23	9
Circulante	23	5
Não circulante	-	4

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Refere-se, basicamente, à Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União. Estão contabilizados pelo custo de aquisição e são atualizados mensalmente com base na variação dos índices SELIC e IPCA, conforme pactuado nos respectivos contratos vide nota nº 16.5.

Em 31 de dezembro de 2024, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 1.306.

8. ATIVOS FISCAIS

8.1. Correntes - Impostos a compensar

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
IRPJ/CSLL ⁽¹⁾	1.355	100
Impostos e contribuições retidos na fonte	22	10
IRPJ/CSLL – repetição de indébito	-	190
Total	1.377	300
Circulante	11	100
Não circulante	1.366	200

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

8.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários:

Banco	Saldos em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2024
Diferenças temporárias	2.461	25.954	(25.231)	3.184
Provisão para perda esperada	592	61	(61)	592
Contingências	1.510	143	(62)	1.591
Outros	359	25.750	(25.108)	1.001
MP 2.158/2001 ⁽¹⁾	8	95	-	103
Total	2.469	26.049	(25.231)	3.287

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados no ativo realizável a longo prazo.

b) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSLL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro a seguir.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, são calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes.

Exercícios	Diferenças Temporárias	MP 2.158-35/01	Dez / 2024	Dez / 2023
2024	-	-	-	3
2025	993	103	1.096	4
2026	85	-	85	-
2027	104	-	104	-
2028	85	-	85	2.462
2029	1.661	-	1.661	-
2030 a 2032	256	-	256	-
Total	3.184	103	3.287	2.469

8.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Resultado antes dos impostos	11.701	12.047
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.266)	(5.421)
Ajustes no cálculo dos tributos	752	640
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.514)	(4.781)

9. OUTROS VALORES E BENS – DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

10. OUTROS ATIVOS

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 13. b)	7.897	7.296
Devedores Diversos – País	19	6
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	42	-
Adiantamentos e Antecipações salariais	6	11
Total	7.964	7.313
Circulante	67	17
Não circulante	7.897	7.296

11. INVESTIMENTOS

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Capital social	11.500	11.500
Patrimônio Líquido Ajustado ⁽¹⁾	9.147	11.305
Total de ações - ON	575.000	575.000
Participação %	5%	5%
Lucro societário do período	(2.158)	393
Resultado de participações societárias	(108)	20
Valor dos investimentos	457	565

⁽¹⁾ Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual o Banco Mercantil de Investimentos detém 5% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

12. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1. Depósitos

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Dez / 2024	Dez / 2023
A Prazo	11.861	6.997	41	123.407	142.306	96.795
Interfinanceiros	-	13.900	171.223	-	185.123	-
Total	11.861	20.897	171.264	123.407	327.429	96.795

12.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Referem-se a recursos de letras do agronegócio:

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Dez / 2024	Dez / 2023
LCA	871	11	882	7.214

12.3. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Depósitos	21.035	13.411
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	269	787
Outras - Fundo garantidor de crédito	179	97
Total	21.483	14.295

13. PROVISÕES

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- **Trabalhistas:** são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- **Cíveis:** são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- **Fiscais:** o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas.

a) Composição das Provisões

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	7.752	7.161
Provisões para processos cíveis	41	9
Total – Não circulante	7.793	7.170

⁽¹⁾ Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das Provisões

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2023	7.161	-	9	7.170
Constituição / (Reversão) – vide nota nº 16.6	223	-	46	269
Atualização Monetária	2	-	-	2
Atualização de depósitos / Liquidações	366	-	(14)	352
Saldos em 31/12/2024	7.752	-	41	7.793
Depósitos judiciais (vide nota nº 10.) ⁽¹⁾	7.732	164	-	7.896

⁽¹⁾ No caso de ações trabalhistas tratam-se de depósitos judiciais recursais.

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais do Banco Mercantil de Investimentos S.A., classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R\$ 2.405 (R\$ 2.251 em dezembro de 2023).

14. OUTROS PASSIVOS

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Sociais e Estatutárias	4.655	8.120
Provisão para Pagamentos a Efetuar	182	217
Credores Diversos - no País	472	184
Valores a pagar à Sociedades Ligadas	66	302
Total – Circulante	5.375	8.823

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
15.1. Capital Social

O Capital Social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Dez / 2024		Dez / 2023	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	4.115.057	69.956	4.115.057	69.956
Preferenciais	710.143	12.072	710.143	12.072
Total do capital subscrito e integralizado	4.825.200	82.028	4.825.200	82.028
Valor nominal em reais	17,00		17,00	

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

15.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

15.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Lucro líquido dos exercícios	7.187	7.266
(-) Reserva Legal	(359)	(363)
Base de cálculo	6.828	6.903
Dividendos	2.450	4.172
Juros s/ capital próprio (bruto) deliberados / provisionados / pagos	-	2.060
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	-	(309)
Juros s/ capital próprio pagos (líquido) deliberados / provisionados / pagos	-	1.751
Dividendos e Juros s/ capital próprio pagos (líquido) deliberados / provisionados / pagos	2.450	5.923

15.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Dez / 2024	Dez / 2023
Número médio e final de ações	4.115.057	710.143	4.825.200	4.825.200
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	4.115.057	710.143	4.825.200	4.825.200
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	6.129	1.058	7.187	7.266
Lucro básico por ação	1,4895	1,4895	1,4895	1,5058

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

16. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS
16.1. Receitas de prestação de serviços

Referem-se, basicamente, ao recebimento de comissões de estruturação e distribuição de operações no mercado de capitais.

16.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	4.363	4.577
Encargos sociais	1.364	1.416
Proventos	1.124	1.101
Participação nos lucros	811	536
Benefícios	235	264
Total	7.897	7.894

16.3. Despesas administrativas

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Serviços prestados – Ligadas ⁽¹⁾	961	3.154
Serviços de terceiros	471	223
Mensalidades e taxas de associações	174	218
Processamento de dados	168	137
Seguros	142	200
Serviços do sistema financeiro	141	153
Propaganda, publicidade e publicações	3	15
Outras	289	214
Total	2.349	4.314

⁽¹⁾ Refere-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu controlador Banco Mercantil por prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros (vide nota nº 17.1.).

16.4. Despesas tributárias

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
COFINS	669	768
PIS	145	165
ISSQN	134	121
Outros tributos	5	8
Total	953	1.062

16.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	1.560	50
Recuperação de encargos e despesas	65	32
Reversão de provisões ⁽¹⁾	34	209
Outras receitas	159	157
Total	1.818	448

⁽¹⁾ Refere-se basicamente às atualizações monetárias referente aos Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União.

^(II) Em dezembro de 2023 referem-se, basicamente, aos juros sobre o capital próprio e dividendos de exercícios anteriores já prescritos.

16.6. Reversões / (Despesas) de Provisões

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Provisões trabalhistas	-	52
Provisões fiscais	(223)	(254)
Provisões cíveis	(46)	591
Total	(269)	389

16.7. Resultados não recorrentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

17.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Ativos	9.628	16.145
Disponibilidades (Banco Mercantil)	1.171	542
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Banco Mercantil)	8.457	15.603
(Passivos)	(187.215)	(5.980)
Depósitos Interfinanceiros	(185.123)	-
Outros passivos	(2.092)	(5.980)
Sociais e estatutárias (Banco Mercantil)	(2.022)	(5.672)
Outras obrigações (Banco Mercantil / Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	(70)	(308)
Receitas / (Despesas)	Dez / 2024	Dez / 2023
Receitas / (Despesas) da intermediação financeira (Banco Mercantil)	(3.784)	(2.925)
Outras receitas / (despesas) operacionais	42	(3.243)
Receitas de prestação de serviços (Banco Mercantil)	1.107	-
Outras despesas administrativas (Banco Mercantil) – vide nota nº 16.3.	(961)	(3.154)
Despesas de custódia de TVM (Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	(104)	(89)

17.2. Remuneração dos Administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco Mercantil de Investimentos S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 25/04/2024, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 6.150.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria (vide nota nº 16.2.).

Até 31 de dezembro de 2024, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2024, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

17.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

18. GERENCIAMENTO DOS RISCOS E GESTÃO DO CAPITAL

No Banco Mercantil de Investimentos S.A., o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com o Controlador.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 18,1% (17,0% em dezembro de 2023), perante um mínimo requerido de 8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

No Banco, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN

nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

No Banco, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	8.457	8.457
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.457	8.457
Nível 2	59.129	59.129
Operações de Crédito	55	55
Outros Ativos Financeiros	59.074	59.074
Nível 3	410.311	410.311
Títulos e Valores mobiliários	410.311	410.311
Total em 31/12/2024	477.897	477.897
Total em 31/12/2023	248.945	248.945

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 2	185.123	185.123
Depósitos Interfinanceiros	185.123	185.123
Nível 3	143.188	143.188
Depósitos a prazo	142.306	142.306
Recursos de aceites e emissão de títulos	882	882
Total em 31/12/2024	328.311	328.311
Total em 31/12/2023	104.009	104.009

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O saldo de avais e fianças prestados pelo Banco monta em R\$ 103.994 (R\$ 30.000 em dezembro de 2023).

b) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade

brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis ao Banco.

Assim, o Controlador, divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2024 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Henrique Andrade de Araújo - Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo – Vice-Presidente
Paulo Henrique Brant de Araujo – Secretário

Delson de Miranda Tolentino
Roberto Godoy Assumpção

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
Paulo Henrique Brant de Araujo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Hitosi Hassegawa

DIRETORES
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC-MG nº 077029/0-7

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do **Banco Mercantil de Investimentos S.A. – “BMI”**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do **BMI**, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 04 de fevereiro de 2025.

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente

Hitosi Hassegawa

Diretores

Felipe Lopes Boff

Luiz Carlos de Araújo



BANCO
MERCANTIL DE
INVERSIONES